

**RODRIGO HENRIQUE OLIVEIRA FRANÇA**

**A GALINHA DOS OVOS DE OURO AZUL: A ÁGUA  
COMO COMMODITIE E A QUESTÃO INDÍGENA COMO  
AMEAÇA À SOBERANIA NACIONAL**

**Monografia apresentada como  
conclusão do Curso de  
Ciências Econômicas, do Setor de  
Ciências Sociais Aplicadas da  
Universidade Federal do Paraná.  
Orientador: Prof. Demian Castro.**

**CURITIBA**

**2003**

*“Na verdade, não há maneira mais segura de possuir uma província que talando-a. E aquele que devém senhor de uma cidade acostumada a viver em liberdade e que dela não faz ruínas pode esperar que ela o arruine, porquanto esta, em suas rebeliões terá sempre a palavra ‘liberdade’ e os seus antigos costumes, os quais nem a longa duração dos tempos, nem quaisquer benfeitorias jamais a farão esquecer. E por muito que se faça ou que se lhes proveja, os seus habitantes, se não **submetidos à divisão ou à dispersão**, jamais olvidarão aquela palavra nem aqueles costumes, e, em cada ocasião, sem detença passarão a evocá-la”. (Nicolau Maquiavel)*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus queridos pais Sílvio e Ivonete por terem sempre me proporcionado todos os insumos do sucesso, aos meus irmãos Erika e Herman pelo incondicional companheirismo fraterno, e ao meu orientador e amigo, Professor Demian Castro.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>05</b>
<b>2 A ÁGUA COMO COMMODITIE.....</b>	<b>07</b>
2.1 A ESCASSEZ DE ÁGUA NO MUNDO.....	07
2.1.1 o impacto do avanço da urbanização.....	12
2.2 O MERCADO DA ÁGUA.....	14
<b>3 A GALINHA DOS OVOS DE OURO AZUL.....</b>	<b>17</b>
<b>4 A QUESTÃO INDÍGENA COMO AMEAÇA À SOBERANIA NACIONAL.....</b>	<b>21</b>
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>31</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>33</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Batizei este trabalho de “A Galinha dos Ovos de Ouro Azul” enxergando a Amazônia como link fundamental entre dois assuntos de aparente desconexão: A



profética escassez da água coroadando esta como “ouro azul” no sentido comercial da expressão, e os índios da América do Sul, “defendidos” fervorosamente por indústrias de persuasão ou pelo produto dessas, “pensadores”, estes sim benevolentes, porém inércia cega de uma corrida mercantil. Longe de ser uma estorinha para crianças, porém como em uma delas, todos querem botar as mãos na Galinha dos Ovos de Ouro. Neste caso, ouro azul.

Inicio os estudos com um capítulo intitulado “A água como commodity”, onde, depois de discutir brevemente fundamentos de escassez e demanda, entrelaçando ambas como criador e criatura, apresento dados referentes à falta do líquido vital em “A escassez de água no mundo”. Neste item, apresentarei com especial atenção a questão dos “impactos da urbanização” como coeficiente de aceleração dentro de todo esse processo. Em um segundo ponto, abordo o lado da oferta: “O mercado da água” fica responsável por exibir números sobre investimentos e expectativas de retorno no setor.

O paradoxo concretizado na Amazônia e toda a insistência da região em contradizer a cena claustrofóbica são apresentados no capítulo dois. “A galinha dos

ovos de ouro” basicamente apresenta dados de natureza ecológica que colocam o “El Dourado” brasileiro em contraste com a minguante realidade global.

O último capítulo traz um assunto delicado: “A questão indígena como ameaça à soberania nacional na Amazônia”. Refletindo sobre conjunturas recentes dentro de nossa história política, essa terceira parte do texto se encube de chamar a atenção não para a ilegitimidade das instituições que se auto-intitulam preservistas da cultura waqimiri-atroari, macuxis ou ianomâmi, muito menos para a desnecessidade de amparar nossos índios do sul da América, mas para o fato de que estes se constituem em eficazes meios de neutralizar a soberania dos países em cujos territórios a Floresta Tropical se assenta, principalmente no que se refere à autonomia desses sobre a esta. Esse capítulo tem ainda a pretensão de denunciar um preconceito filosófico que rodeia a questão e empobrece a discussão, podendo-a ainda em seu estado fetal.

## 2 A ÁGUA COMO COMMODITIE

A economia é a ciência que estuda a alocação ótima de recursos escassos para as atividades de interesse humano. Os usos múltiplos da água e dependência das sociedades humanas e dos ecossistemas ante este elemento, o têm tornado cada vez mais escasso. Esta escassez faz da água um dos interesses da economia e, em função disso, é atribuída a ela valor econômico.

O sociólogo alemão Karl Wittfogel fez a primeira reflexão de amplitude sobre a hidropolítica. Para ele, o domínio da água constitui um elemento essencial do poder: aquisição de água potável, irrigação de culturas e navegação fluvial são funções em torno das quais fortes autoridades coletivas estão organizadas, e mesmo a base de grandes Estados, como o Egito Antigo, a Mesopotâmia ou a China Imperial. (DELÉAGE, 2003).

### 2.1 A ESCASSEZ DE ÁGUA NO MUNDO

A água tem se tornado, nas últimas décadas, um recurso cada vez mais raro e caro à humanidade. Embora seja a substância mais abundante do planeta, segundo previsões do Programa Ambiental das Nações Unidas, a não ser que sejam modificadas as atuais práticas de desperdício e degradação dos recursos hídricos, dois terços da população mundial estarão vivendo em condições de escassez de água até 2005. Com um crescimento populacional estimado em dois bilhões de pessoas nos próximos 25 anos, especialistas e autoridades internacionais alertam para um possível colapso das reservas de água doce da Terra. De acordo com o Banco Mundial, a demanda por água dobra a cada 20 anos. A unesco divulgou em março um relatório prevendo dois cenários para meados deste século. No pior, 7 milhões de pessoas sofrendo com a escassez em 60 países, no melhor, 2 milhões em 48.(DIPLO, 2003)

Todas as águas da superfície serão consumidas daqui até o ano 2100 e toda água disponível no ciclo de água da Terra desaparecerá inteiramente até o ano 2230. (BOUGUERRA, 2003)

Existe no planeta cerca de 1,38 bilhão de quilômetros cúbicos (km<sup>3</sup>) de água. Destes, 97,3% são de água salgada e apenas 2,7%, o que equivale a 38 milhões de quilômetros cúbicos, de água doce. Do volume de água doce existente no mundo, 77,2% encontram-se em estado sólido em forma de calotas polares e geleiras; 22,4% podem ser encontrados como água subterrânea; 0,35% situa-se em lagos e pântanos; 0,04% está na atmosfera e apenas 0,01%, nos rios. (IGLESIAS; SANTO, 2001)

A água doce representa apenas 3% dos recursos disponíveis em H<sub>2</sub>O. uma parte considerável desse estoque é, além disso, de difícil acesso, pois é constituída de reservas muito profundas de gelo. No total, menos de 1% das reservas planetárias está à disposição da humanidade. (DELÉAGE, 2003)

As necessidades globais de água e a demografia planetária não cessaram de crescer desde 1950, e a humanidade já está confrontada com múltiplas crises nestes setores. (DELÉAGE, 2003)

No século 20, o consumo d'água cresceu consideravelmente. Por um lado, as superfícies irrigadas com fins agrícolas foram multiplicadas por seis. Por outro lado, as necessidades de água para as indústrias foram multiplicadas por trinta. Além disso, as revoluções industriais que se sucedem a dois séculos levaram a utilização da água ao gigantismo: são necessárias 10 toneladas de água para refinar uma tonelada de petróleo, 250 para fabricar uma tonelada de papel, 5 mil toneladas para obter uma tonelada de fibras sintéticas. (DELÉAGE, 2003)

Em apenas 25 anos, entre 1970 e 1995, houve queda de 37% no volume de água disponível no planeta. A redução da quantidade e da qualidade da água já afeta a sobrevivência de 1,4 bilhão de pessoas em todo o mundo. A água, considerada prioridade pela ONU, para este milênio, os recursos naturais que mais preocupam os



ambientalistas e os governos em todo o planeta. Cerca de 30% da população mundial já vive em regiões com falta ou escassez de água, e esse total pode chegar até 70% nos próximos 30 anos, se não forem tomadas sérias medidas de preservação. (IGLESIAS; SANTO, 2001)

A Organização Mundial da Saúde (OMS) calcula que só para o saneamento básico será preciso destinar US\$ 500 bilhões. Os dados são preocupantes. Segundo a OMS, 25% das populações dos países em desenvolvimento não têm acesso à água potável, 70% das populações pobres não têm água tratada e 80% não têm esgoto. A água contaminada por lixo e esgotos é responsável por 80% das consultas médicas, 80% das doenças, 65% dos casos de hospitalização e 33% das mortes. A cada 8 segundos morre no planeta uma criança vítima de doença relacionada ao consumo de água imprópria. (IDEM)

O consumo diário varia de mais de 600 litros por pessoa nos EUA a menos de 10 litros em certos países africanos. (DELEÁGE, 2003)

Se a população do globo foi multiplicada por 3 no decorrer do século 20, a demanda por água se multiplicou por 7 e a superfície das terras irrigadas por 6. De acordo com o Worldwatch Institute, organização de pesquisas ambientais com sede nos Estados Unidos, essa demanda mundial faz com que se bombeie água do solo mais rapidamente do que a natureza pode compensar. Esse déficit é evidente em diversas regiões do mundo, principalmente na Ásia, África e Oriente Médio. A água, que deveria estar retornando para o solo, ou para os rios, está indo parar nos oceanos ou ficando poluída demais para o consumo. (SANTO; IGLESIAS, 2001)

Quase a metade da população mundial não tem acesso ao saneamento e praticamente um quinto não dispõe de abastecimento de água adequado. De acordo com o relatório Avaliação Mundial 2000 do Abastecimento de Água e Saneamento, divulgado em Novembro de 2000, no Rio de Janeiro, pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), 2,4 bilhões de

pessoas no mundo não contam com serviço de esgoto e 1,1 bilhão não recebe água. (IDEM)

O déficit provoca um aumento considerável no número de mortes e enfermidades relacionadas á falta de higiene e de tratamento da água. Segundo os números do relatório, ocorrem 4 bilhões de casos de diarreia por ano no mundo, com 2,2 milhões de mortes. O relatório mostra ainda que 10% da população mundial tem parasitas intestinais, 6 milhões de pessoas são cegas por causa de doenças infecciosas e 200 milhões sofrem de esquistossomose. Se as tendências atuais se confirmarem, daqui a uma geração, cerca de 4 bilhões de pessoas viverão em países incapazes de atingir a auto-suficiência alimentar. (DELEAGE, 2003)

Alguns países do Oriente Médio possuem usinas de dessalinização de água marinha para compensar a falta de água doce, mas o processo é caro demais para ser considerado uma alternativa permanente de abastecimento. (IGLESIAS; SANTO, 2001)

Ainda de acordo com o Worldwatch Institute, têm ocorrido reduções do volume de rios e lençóis aquíferos subterrâneos em todos os continentes. Na China, por exemplo, desde 1985 o Rio Yang-tse seca antes de chegar ao mar, durante os períodos de estiagem. Era um rio que nunca havia secado até 1972. outros grandes rios, como o Colorado (EUA), Nilo (África) e Ganges (Ásia), apresentam o mesmo problema. (IDEM)

O volume dos rios varia naturalmente ao longo dos anos, mas há sinais claros de que esse fenômeno está sendo causado pela drenagem excessiva de água pelo homem. Nos campos do oeste da Índia, por exemplo, onde antes fazendeiros precisavam cavar 10 metros para encontrar água, hoje é necessário cavar poços de até 100 metros de profundidade, o que encarece consideravelmente o produto, de acordo com o relatório do Segundo Fórum Mundial da Água, ocorrido em março de 2000 na Holanda. (IDEM)

Na América Latina e no Caribe, o panorama preocupante se repete, mas possui outras características. De acordo com o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), 80% da população da região vive em 20% de todo território da América Latina e do Caribe, onde estão concentrados apenas 5% dos recursos hídricos da região. Só o Brasil possui 13% do potencial hídrico superficial do mundo, mas 90% deles estão na Amazônia e região Centro-Oeste, onde a demanda hídrica é só de 9% em relação ao resto do País. (IDEM)

Ainda de acordo com a entidade, 86% da população sul-americana e do Caribe tem acesso ao abastecimento de água e só 49% contam com serviços de coleta de esgoto. Embora possua parcela significativa das reservas mundiais de água potável, a América Latina enfrenta, em diversas de suas regiões, a diminuição da oferta de água diante de demandas sempre crescentes. (IGLESIAS; SANTO, 2001)

O problema da escassez não está restrito aos países em desenvolvimento. Nos Estados Unidos, a drenagem excessiva das reservas de água subterrânea causa problemas para a agricultura e o abastecimento urbano, principalmente no sudoeste do país. No Estado do Texas, por exemplo, o uso abusivo do gigantesco reservatório subterrâneo conhecido como Ogallala, que em alguns pontos não pode mais ser recuperado, vem causando perda de terras férteis por falta de irrigação desde 1980, segundo levantamentos do Worldwatch Institute. (IDEM)

Os efeitos do uso indevido da água são sentidos principalmente na agricultura, onde mais se usa e mais se desperdiça água. Segundo o Global Water Policy Project, organização ambiental de Massachusetts (EUA), cerca de 40% da população mundial de alimentos depende da irrigação. A prática consome dois terços da água doce utilizada no mundo, mas menos da metade dessa água chega às raízes das plantas. O resto é perdido para o ambiente por técnicas e equipamentos ineficientes. A eficiência econômica imposta pelo mercado aceita uma oferta de água às culturas entre 5 mil e

10 mil metros cúbicos (m<sup>3</sup>) por ano por hectare. Volumes superiores a 10 mil m<sup>3</sup> configuram desperdício de água no processo de irrigação. (IDEM)

### 2.1.1 o impacto do avanço da urbanização

A diminuição acelerada das reservas de água em certas regiões, a existência de bacias encavaladas em diversos países, o prosseguimento da obras superdimensionadas, geram um risco de tornar explosivo os conflitos da água no século 21. (DELÉAGE, 2003)

A urbanização torna a questão ainda mais complexa, especialmente em países populosos como China e Índia. Para atender à demanda de abastecimento doméstico e industrial, a água que deveria ser usada para a agricultura é redirecionada para as cidades. Sem quantidade suficiente para irrigação, esses países são obrigados a importar alimentos. Segundo o Worldwatch Institute, seria necessário um segundo rio Nilo só para produzir a quantidade de grãos importada pelos países do norte da África e do Oriente Médio em 1999. a escassez de água está passando a direcionar o comércio internacional de grãos, assim como aconteceu com a falta de terras no passado, avalia o instituto. Sob essa ótica, importar grãos passa a ser a maneira mais eficiente de importar água. (IGLESIAS; SANTO, 2001)

Além de escassa, a água é mal distribuída pelo planeta. E não apenas em termos de fontes de recursos hídricos, como rios, lagos e aquíferos, mas também em termos de consumo. Segundo as Nações Unidas, enquanto o consumo *percapita* mundial encontra-se em 645 m<sup>3</sup> anuais, na América do Norte ele chega a 1.680 m<sup>3</sup>. bem atrás aparece o consumo na Europa, que é de 626 m<sup>3</sup>. depois vêm a Oceania (586 m<sup>3</sup>), a Ásia (542 m<sup>3</sup>), a América Latina e Caribe (402 m<sup>3</sup>) e a África (202 m<sup>3</sup>). (IDEM)

Entre os países, o maior índice de consumo *percapita* é dos Estados Unidos, com 1.870 m<sup>3</sup> anuais . na Índia, o consumo é de 612 m<sup>3</sup>; na Rússia, de 521 m<sup>3</sup>; na China,

461 m<sup>3</sup>; e no Brasil, 246 m<sup>3</sup>, o que aproxima o País do índice médio da África. Ainda de acordo com a ONU, o preço médio da água encanada no mundo é de US\$ 1,80 por m<sup>3</sup>. para tentar uma solução para o problema de desabastecimento de água, o Banco Mundial estima a necessidade de investimentos entre US\$ 600 bilhões e US\$ 800 bilhões nos próximos dez anos. As Nações Unidas estimam um custo de US\$ 50 por pessoa para que a meta seja cumprida. (IDEM)

A ONU usa o consumo e a quantidade de água também para classificar os países como ricos ou pobres. Atualmente, as populações de cerca de 30% dos países de todo o mundo consomem água em padrões muito abaixo do limite mínimo ideal de 2 mil m<sup>3</sup>/ano, fixado pelas Nações Unidas. No total, são 20 países, com uma população de 2,8 bilhões de pessoas, situados nas chamadas áreas de estresse hídrico. Essas áreas poderão, a partir de 2025, atravessar uma crise aguda no sistema de produção e distribuição de água, época em que o mundo deverá ter 10 bilhões de habitantes. (IGLESIAS; SANTO, 2001)

Em meio à demanda crescente por água, fluxos migratórios contribuirão para o agravamento do problema. Nessa perspectiva, países do Oriente Médio, da Ásia Central, de parte da África, vários países da Baía do Mediterrâneo e parte dos Estados Unidos deverão ser afetados. A América do Sul também deverá sofrer com o problema, os países Andinos, como Bolívia e Peru, poderão ter problemas de derretimento dos glaciários que alimentam seus rios e sofrerão o efeito do aquecimento global. (IDEM)

Consumindo menos de mil m<sup>3</sup>/mês por habitante, os países que deverão enfrentar problemas graves de escassez se localizam principalmente na África (Argélia, Egito, Tunísia, Tanzânia, Camarões, Cabo Verde, Nigéria, Marrocos e África do Sul) e em pequenas ilhas europeias, como Malta e Chipre, além de Barbados e Haiti, no Caribe. Na América do Sul, só o Peru é atingido pelo estresse hídrico, com o

consumo de 980 m<sup>3</sup> de água per capita. No Oriente Médio, os países mais atingidos são Irã e Israel, com apenas 310 m<sup>3</sup>/mês de água por habitante. (IDEM)

Além do aumento constante da demanda, a escassez de água também se deve ao desperdício do produto, que ocorre em todas as regiões do planeta. Estimativas dão conta de que, nos países desenvolvidos, o índice de perdas físicas, que ocorrem desde a captação da água até a sua destinação do consumidor, passando pelo tratamento, armazenamento e distribuição, seja de 30%. (IGLESIAS; SANTOS, 2001)

As agressões feitas à natureza durante as últimas décadas também têm responsabilidade pelo panorama crítico de escassez de recursos hídricos. Além da poluição de rios, lagos, lençóis e oceanos, o desmatamento tem implicações diretas na capacidade de renovação da água por parte de natureza. Os desmatamentos continuam acelerados, mesmo após o mundo já ter perdido metade de suas florestas originais. Na zona tropical, a perda anual alcança 130 mil quilômetros quadrados (km<sup>2</sup>) a cada ano e essa destruição alcança áreas inundáveis, pântanos, charcos, banhados e depressões, locais, em geral, de alta biodiversidade e extrema importância para a conservação de qualidade da água doce. (IDEM)

## 2.2 O MERCADO DA ÁGUA

O relatório da avaliação das águas doces do mundo apresentado pelas Nações Unidas (ONU) diz que “é necessário um enfoque mais orientado para o mercado para gerir os fornecimentos de água, e a água deve ser uma mercadoria cujo preço deve ser fixado pela lei da oferta e da procura”. A Conferência ministerial, reunida por ocasião do Fórum Mundial da Água, em Haia, em março de 2000, com a presença de mais de uma centena de países, concluiu que a água é uma necessidade e não um direito. Foi quando esse líquido vital tornou-se necessidade que deixou de ser um direito. dessa

forma, o fornecimento da água não é mais uma obrigação para o Estado e o acesso à água para todos não será mais garantido. (BOUGUERRA, 2003)

Tratada como bem necessário e não como direito, a água foi abandonada ao jogo do livre mercado e suscita apetites mercantis, tensões sociais e lutas entre os países do mundo.(BOUGUERRA, 2003)

Não por acaso, as articulações se consolidaram nas 3 edições do Fórum Social Mundial de Porto Alegre para evitar que as reservas de água do planeta sejam absorvidas pela febre privatista. (DIPLO, 2003)

As perspectivas de investimento neste campo são da ordem de 600 a 800 bilhões de dólares para o próximo decênio. Na França, a porcentagem da população servida pelas empresas privadas passou de cerca de 62% em 1983 para 77% em 1988. em 1999, o governo conservador de Margareth Thatcher revendeu todas as sociedades públicas de produção e distribuição de água inglesa para empresas privadas. (BOUGUERRA, 2003)

No Brasil, os investimentos deverão chegar a US\$ 15 bilhões nos próximos anos. Desse valor, US\$ 14,5 bilhões foram previstos pela Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústria de Base (Abdib) como investimentos em construções, maquinarias, equipamentos e insumos. (IGLESIAS; SANTO, 2001)

Outros US\$ 333 milhões, serão desembolsados pela ONDEO (uma divisão da Nalco, empresa que atua no setor), que pretende investir principalmente em Manaus (AM), até o final da concessão, em 2030 e US\$ 140 milhões, pela Águas do Brasil Gestão e Participação Ltda., que visa ampliar o atendimento às populações prestado pelas empresas que compõem o grupo (Águas de Niterói, Águas do Imperador, Águas de Juturnaíba e Águas do Paraíba). (IDEM)

Segundo a Abcon (Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto), os investimentos para os próximos anos deverão ser de R\$ 2,2 bilhões ou R\$ 338,46 percapta, considerando o número da população

atendida pelas companhias privadas no primeiro semestre se 2001, que no Brasil é de 6,5 milhões de habitantes. (IDEM)



### 3 A GALINHA DOS OVOS DE OURO AZUL

O Brasil está longe do futuro árido esboçado pela Unesco. Não só tem volumosas descargas de águas dos rios, como também tem, em seu subsolo, parte do Aquífero Guarani, o maior em volume de água doce do mundo. Para completar, o país também está entre os 9 que recebem 60% das chuvas que caem no nosso planeta. Para a Agência Nacional de Águas, o manancial brasileiro representa 13% das reservas de água doce do mundo. Alguns estudos incorporam ainda o volume de água que recebemos da chamada Amazônia Internacional, fazendo com que as reservas do país cheguem à marca dos 18%. Mas o maior parte dos dados existentes hoje sobre a água brasileira é estimado, pois as descargas dos rios são tão grandes que só agora se tem métodos adequados para medi-las. Portanto, há a possibilidade de que, daqui a algum tempo, esse dado seja ainda maior.(DIPLO, 2003)

A Amazônia está situada em sua porção centro-norte; é cortada pela linha equatorial e, portanto, compreendida em área de baixas latitudes. Ocupa cerca de 2/5 do continente e mais da metade do Brasil. Inclui 9 países (Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela). A Amazônia brasileira compreende 3.581 km<sup>2</sup>, o que equivale a 42,07% do país. A chamada Amazônia Legal é maior ainda, cobrindo 60% do território em um total de cinco milhões de Km<sup>2</sup>. Ela abrange os estados do Amazonas, Acre, Amapá, oeste do Maranhão, Mato Grosso, Rondônia, Pará, Roraima e Tocantins. O clima é do tipo equatorial, quente e úmido, com a temperatura variando pouco durante o ano, em torno de 26°C. São muito comuns na região, os períodos de chuva provocados em grande parte pelo vapor d'água trazido do leste pelos ventos.(WEBCIÊNCIA, 2003)

A grande bacia fluvial do Amazonas possui 1/5 da disponibilidade mundial de água doce e é recoberta pela maior floresta equatorial do mundo, correspondendo a 1/3 das reservas florestais da Terra. .(IDEM)

A Bacia Amazônica é a maior bacia hidrográfica do mundo, com uma drenagem de 6,1 milhões de quilômetros quadrados, sendo 3,9 milhões no Brasil. As nascentes de seus formadores encontram-se na Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia. No Brasil, abrange os estados do Amazonas, Pará, Amapá, Acre, Roraima, Rondônia e Mato Grosso.(IBAMA, 2003)

Como é atravessado pela linha do Equador, o rio Amazonas apresenta afluentes nos dois hemisférios do planeta. Entre os principais afluentes da margem esquerda encontram-se o Japurá, o Negro e o Trombetas; na margem direita, o Juruá, o Purus, o Madeira, o Xingu e o Tapajós. (IDEM)

A bacia amazônica é um dos locais mais chuvosos do planeta, com índices pluviométricos anuais de mais de 2.000 mm por ano, podendo atingir 10.000 mm em algumas regiões. Durante os meses de chuva, a partir de dezembro, as águas sobem em média 10 metros, podendo atingir 18 metros em algumas áreas. Isso significa que durante metade do tempo, grande parte da planície amazônica fica submersa, caracterizando a maior área de floresta inundada do planeta, cobrindo uma área de 700.000 Km<sup>2</sup>. (WEBCIÊNCIA, 2003)

Com 6,5 mil quilômetros de extensão, o rio Amazonas é responsável por 20% da água doce despejada anualmente nos oceanos por todos os rios do mundo. Embora seja de longe o maior rio do mundo em volume de água, geralmente não é considerado o mais longo. Um fato freqüentemente esquecido, contudo, é que, durante o período de cheia, ele se estende mar adentro e, considerando esse prolongamento, provavelmente será também o mais longo. (IBAMA, 2003)

No período das chuvas, o rio chega a crescer 16 metros acima de seu nível normal e inunda vastas extensões da planície, arrastando consigo terras e trechos da floresta. Sua largura média é de 12 quilômetros, atingindo freqüentemente mais de 60 quilômetros durante a época de cheia. As áreas alagadas influenciadas pela rede hídrica do Amazonas, formam uma bacia de inundação muito maior que muitos países

da Europa juntos. Apenas a ilha do Marajó, na foz do Amazonas, é maior que a Suíça.(WEBCIÊNCIA, 2003).

O rio Amazonas conta com mais de 1.000 afluentes e é o maior e mais largo rio do mundo e o principal responsável pelo desenvolvimento da floresta Amazônica. O volume de suas águas representa 20% de toda a água presente nos rios do planeta. Tem extensão de 6.400 quilômetros, vazão de 190.000 metros cúbicos por segundo (16 vezes maior que a do rio Nilo). Na foz, onde deságua no mar, a sua largura é de 320 quilômetros. A profundidade média é de 30 a 40 metros. .(IDEM).

O rio Amazonas disputa com o Nilo o título de maior rio do mundo, mas é imbatível em volume d'água. Recebe cerca de 200.00km<sup>2</sup> de água por segundo e, em alguns pontos, o rio é tão largo que não dá para ver a outra margem. .(IDEM).

Entre os afluentes do Amazonas podem se encontrar rios de águas barrentas, de águas claras e de águas pretas. Os rios de água barrenta, como o Madeira e o próprio Amazonas, têm essa cor por causa dos sedimentos, ricos em nutrientes, carregados rio abaixo desde as montanhas andinas. Por esse motivo são os rios que apresentam maior produtividade. Os rios de águas claras, como o Xingu, Tapajós e Trombetas, têm as nascentes nos planaltos do Brasil e das Guianas. Os trechos médio e alto desses rios possuem muitas corredeiras e quedas d'água. Como drenam áreas enormes e erodidas, suas águas são relativamente transparentes e alcalinas. (IBAMA, 2003)

A grande quantidade de areia depositada na planície amazônica levou ao desenvolvimento dos rios de águas pretas, os rios mais característicos da Amazônia. Os solos arenosos da bacia são muito pobres em nutrientes e os rios que nascem sobre eles estão entre os mais puros da Terra, em termos químicos. Suas características químicas são muito semelhantes às da água destilada. O mais famoso deles é o principal tributário do Amazonas, o rio Negro, que é também o segundo maior rio do mundo em volume de água. (IDEM)

O igapó, como a mata inundada sazonalmente é conhecida, é uma das características mais peculiares dos rios da Amazônia. Vastas extensões de florestas são invadidas anualmente pelas águas dos rios, ocupando uma área de pelo menos 100 mil quilômetros quadrados, e talvez mais outra metade disso, se sua extensão ao longo de milhares de pequenos igarapés for considerada. Embora a área de matas inundadas corresponda a apenas cerca de 2% do total da área de florestas da Amazônia, isso representa uma área maior de a da Inglaterra.(IDEM)

Apesar de ficar inundada até 10 metros de profundidade durante 5 a 7 meses por anos, a vegetação do igapó é sempre exuberante. Os animais, desde os diminutos invertebrados até os peixes, anfíbios, répteis e mamíferos, também desenvolveram incríveis adaptações para viverem nessas áreas inundadas. Como a maioria das árvores da várzea frutifica durante as inundações, para um grande número de espécies, principalmente os peixes, o igapó é um pomar natural. Diferente de qualquer outra parte do mundo, frutos e sementes são os principais alimentos de cerca de 200 espécies de peixes da Amazônia, que invadem os igapós todos os anos. (IBAMA)

Os rios amazônicos, com suas praias, restingas, igarapés, matas inundadas, lagos de várzea e matupás (ilhas de vegetação aquática), assim como o estuário, são colonizados por uma enorme diversidade de plantas e animais. A Bacia Amazônica possui a maior diversidade de peixes do mundo, cerca de 2,5 mil a 3 mil espécies. (IDEM)

#### 4 A QUESTÃO INDÍGENA COMO AMEAÇA À SOBERANIA NACIONAL

Obviamente, toda essa abundância em tempos de escassez, como os atuais, desperta a cobiça internacional. Por isso, todas as questões que têm seu ambiente físico no território amazônico devem ser discutidas com esse agravante, pois quase tudo pode vir a ser um bom pretexto para gozar de privilégio.

A questão indígena, pelas agudas contradições e seríssimos impasses, vem se constituindo em fonte permanente de polêmicas e controvérsias dentro da sociedade brasileira. São muitos os ângulos do problema, o que implica na necessidade de uma apreciação criteriosa e detalhada, diferente, portanto, dos exames que normalmente têm sido apresentados, os quais revelam como principal característica a fundamentação em um argumento apenas. Importantíssimo, mas que não deve ser avaliado sozinho. (FREITAS; LIMA, 2003)

Nas últimas discussões sobre a questão indígena no **Brasil**, geralmente omite-se apenas um item, nada menos que o essencial. O cerne do problema não é a preservação do índio e suas tradições. Nenhuma ONG (Organização Não-Governamental) se preocupa (infelizmente) com as culturas hutu ou tutsi, em Ruanda, ou com a dos miskitos na Nicarágua. Ocorrem que os índios brasileiros vivem sobre um subsolo riquíssimo. (CRISTALDO, 1995)

Quando os defensores incondicionais das culturas nativas falam em waqimiri-atroari, leia-se cassiterita. E, quando se lê cassiterita, leia-se Paranapanema. Quando se fala em reserva ianomâmi leia-se água, ouro e fosfato. Os sábios pele-vermelha estão sendo usados. O índio não deve ser preservado como um animal. Dever ser inserido na sociedade. Não só por ele, mas pela imatura sociedade. A demarcação das terras pela

Funai (Fundação Nacional do Índio) é sempre precedida pela descoberta de jazidas minerais. (IDEM)

Uma das raras denúncias desta estratégia na grande imprensa foi feita por Marcos Losekan, no “Jornal Nacional” da Rede Globo em janeiro de 1995: “Os índios da Amazônia se tornaram os maiores latifundiários do mundo. As reservas dessa região ocupam um terço do território da Amazônia. A reserva dos Waimiri-Atroari no Amazonas, rica em cassiterita, dobrou de tamanho nos últimos anos. A reserva dos macuxis, em Roraima, recheada de diamante, aumanetou duas vezes. A reserva dos ianomâmis no norte do Amazonas, rica em água, ouro, cassiterita e fosfato, cresceu cinco vezes. Em 1979 eram dois milhões de hectares. Em 85 passou para sete milhões, e na demarcação definitiva em 1990 atingiu quase dez milhões de hectares. Hoje, a reserva ianomâmi é do tamanho de Portugal”. (IDEM)

No caso da cassiterita, uma rápida cronologia é elucidativa. Em 1957, chegam à região ianomâmi os missionários da Missão Evangélica da Amazônia (MEV). Em 1975, é descoberta a ocorrência de cassiterita em Surucucus. No ano seguinte, uma portaria da Funai fecha o garimpo. Em 1977, através de outra portaria, são criadas quatro áreas ianomâmis. (CRISTALDO, 1995)

Em 1978, nova portaria cria nove reservas ianomâmis e seis no Amazonas, uma extensão das “ilhas”, segundo a proposta oficial. Em 1979 é formada a Comissão pela criação do Parque Yanomâmi (CCPY), presidida por uma suíça. Em julho do mesmo ano, a CCPY apresenta proposta para criação do Parque Ianomâmi, pedindo ao governo nada menos que 5,5 milhões de hectares, em Roraima e na Amazônia.

Em setembro de 1979, CCPY assume a responsabilidade de dirigir a política indígena na região. A Funai contrata para atuar na área ianomâmi Kenneth Taylor, antropólogo norte-americano que incentiva a criação de reservas. Em 1980, a mesma entidade cria um grupo de trabalho para reestudar a área ianomâmi, com a participação de Cláudia Andujar, que analisa a proposta oficial ilhas e da CCPY de área contínua. É

aprovada no entanto uma terceira proposta, que implica no bloqueio de nada menos que nove milhões de hectares. (IDEM)

Para aumentar as reservas, a Funai sempre alegou a descoberta de malocas nos pontos mais distantes da Amazônia. Mas, segundo os geólogos, coincidência ou não, na última expansão dos limites da reserva Yanomâmi, por exemplo, foram parar em cima de três reservas minerais: ouro, fosfato e cassiterita. (LOSEKAN, 1995)

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) lançou o primeiro mapa digital integrado do país, com uma escala de 1 para 1 milhão, padrão recomendado pela ONU (Organização das Nações Unidas) para padronizar informações de vários países do mundo. Iniciativa que faz parte da Agenda 21 (elaborada durante a Eco-92), o mapa permite diversos cruzamentos de dados sobre solos, relevo, hidrografia, malha viária e recursos minerais, entre outros. É possível agrupar as informações por região, cidade e Estado. Podem-se ainda fazer cruzamentos, como, por exemplo, solos de acordo com o relevo, malha viária segundo a hidrografia ou recursos minerais em terras indígenas. (SOARES, 2003)

Para ilustrar, o IBGE levantou informações, a pedido da Folha, e recortou dados sobre terras indígenas e áreas de proteção (reservas, monumentos e áreas militares) por unidades da federação. (SOARES, 2003)

Em todo o país, existem 533 áreas de preservação e 382 reservas indígenas. Do território brasileiro (8.514.876 km<sup>2</sup>), 11,4% são de reservas indígenas e 1,6% de parques estaduais ou nacionais. Já as áreas especiais (monumentos, florestas e proteção ambiental) correspondem a 3,5% do território nacional. Existem ainda locais de reservas biológicas e ecológicas, que representam algo como 1,7% do total. Tanto no caso de terras reservadas aos índios como no de locais de proteção, Roraima é o Estado com os maiores percentuais: 72% e 23%, respectivamente, de sua área total. O Distrito Federal tem 22% de área considerada como local de proteção. Por outro lado, não há lá nenhuma reserva indígena. No Amazonas, 30% da área está dedicada a terras

indígenas. No Amapá, são 29%. Em Rondônia, 26%. O percentual também é alto no Pará e no Mato Grosso (ambos com 24%). (IDEM)

**TABELA I – ALGUMAS RESERVAS INDÍGENAS E SUA RELAÇÃO ÁREA/ÍNDIO**

Nome	Área (há)	População (Ha)	Indivíduo
Paumari e Apurinã AM	784.000	270	2.904
Matis, Marubo, Mayoruna, etc. AM	8.338.000	3.000	2.779
Zuruahã AC	239.070	130	1.839
Apurinã AM	124.000	110	1.127
Yanomami RR/AM	9.419.108	9.910	950
Raposa Serra do Sol RR	1.678.800	15.000	112

Fonte: IBGE

Abaixo, podemos ver o mapa da situação fundiária no estado de Roraima. A cor amarela indica as áreas demarcadas; A vermelha, em demarcação, e a verde, as áreas a demarcar (mapa divulgado pela própria FUNAI):



Fonte: FUNAI



Não bastasse missionários e antropólogos estrangeiros estarem cortando o país em pedaços, sob o olhar conveniente da população brasileira, o Christian Church World Council produziu um documento revelador da arrogância européia em relação à América Latina, publicado na revista “Afinal” (11/04/80). Em julho de 81, em Genebra – não por acaso Andujar tem passaporte suíço – a entidade organiza o “Simpósio Mundial sobre Divergências Inter-étnicas na América do Sul”. O movimento é liderado pelo Comitê Internacional de la Défense de l’Amazonie, Inter-American Índia Institute, International Ethnical Survival, International Clutural Survival, Workgroup for Indigenous Affairs e Berna-Geneve Ethnical Institute. (CRISTALDO, 1995)

O encontro elabora diretrizes específicas para a Venezuela, Colômbia, Peru, Brasil e demais países da América do Sul. O documento dirigido às organizações missionárias no Brasil intitulado “Diretrizes Brasil número 4 – Ano 0”, examina o conceito de Amazônia Total, cuja maior área fica no Brasil, mas compreendendo também parte dos territórios venezuelano, colombiano e peruano. (IDEM)

Os participantes do simpósio a consideram patrimônio da humanidade. “A posse dessa imensa área pelos países mencionados é meramente circunstancial, não só por decisão de todos os organismos presentes ao simpósio como também por decisão filosófica dos mais de mil membros que compõem os Conselhos de Defesa dos Índios e do Meio Ambiente.”. (IDEM)

Ou seja, um grupo de europeus e norte-americanos decide, na Suíça, que os seres que habitam a Amazônia são patrimônio da humanidade “e não patrimônio dos países cujos territórios, pretensamente dizem lhes pertencer”. Imbuem-se do dever de impedir em qualquer caso “a agressão contra toda a área amazônica, quando essa se caracterizar pela construção de estradas, campos de pouso, principalmente quando destinados a atividades de garimpo, barragens de qualquer tipo ou tamanho, obras de fronteira, civis ou militares, tais como quartéis, estradas, limpeza de faixas, campos de

pouso militares e outros que signifiquem a tentativa de modificações ou do que a civilização chama de progresso”. (CRISTALDO, 1995)

Tornaram-se assim, claras as motivações das ONGs na luta contra qualquer tentativa de exploração econômica da Amazônia por parte do governo brasileiro. O propósito mais imediato é manter uma situação de confronto entre a postura dos que pregam o desenvolvimento regional e nacional, com fundamento para maior bem-estar e qualidade de vida aos amazônidas e a posição defendida por aqueles que preferem deixar intocáveis essas potencialidades de solo e subsolo, ainda que se localizem em região estrategicamente vital para a segurança do país e, ainda que sejamos uma região por desenvolver, com grandes contingentes vivendo na miséria e em estado de subnutrição. (FREITAS; LIMA, 2003).

Em 1991, oito senadores norte-americanos, entre eles Al Gore, o ex vice-presidente dos Estados Unidos, enviaram uma carta ao então presidente George Bush, pedindo que o governo americano pressionasse o governo brasileiro para demarcar o Parque Ianomâmi. (CRISTALDO, 1995)

Essa reserva foi criada, inicialmente, em uma área correspondente a 2,4 milhões de hectares. Tão logo foram conhecidos os resultados do levantamento sobre as jazidas minerais existentes na Amazônia, realizado pelo Projeto Radam-Brasil, em 1975, os seus idealizadores trataram de pressionar a sua ampliação para 5 milhões de hectares, estando hoje, em torno de 10 milhões de hectares, por força de Decreto Presidencial, assinado pelo então Presidente Fernando Collor, em 15 de novembro de 1991. (FREITAS; LIMA, 2003)

Ainda no mesmo ano, ao voltar dos Estados Unidos, Fernando Collor de Mello, através de um decreto sem número, torna sem efeito a demarcação administrativa das “ilhas”, vai a Surucucus e dinamita várias pistas de garimpo. (CRISTALDO, 1995)

Os jornalistas Sílvia Palácios e Lorenzo Carrasco relataram (Extraído da Revista Almanaque Republicano edição de junho de 1995. Sílvia Palácios e Lorenzo

Carrasco, eram correspondentes da Revista Executive Intelligence Review (EIR), no Brasil) na revista Almanaque Republicano:

*“Não foi nenhuma instituição brasileira, nem qualquer grupo privado de cidadãos brasileiros bem intencionados ou não, muito menos, membros das várias tribos lanomami, preocupados com sua sobrevivência, que deram partida ao processo de criação dessa Reserva Indígena. Esta decisão foi tomada em meados da década de 60, por iniciativa do aparato colonial britânico, comandado pela decadente Casa de Windsor e cujos pormenores e implicações estratégicas foram discutidas nos salões do Palácio de Buckingham, por ninguém menos que o próprio Príncipe Philip, o "doge" da Casa de Windsor, na presença da Rainha Elizabeth II”. (PALACIOS, CARRASCO)*

As entidades reunidas em Genebra atribuem-se ainda o dever de “manter a floresta amazônica e os seres que nela vivem, como os índios, os animais silvestres e os elementos ecológicos, no estado em que a natureza os deixou antes da chegada dos europeus. Para tanto, é nosso dever evitar a formação de pastagens, fazendas, plantações e culturas de qualquer tipo que possam ser consideradas como agressão ao meio”. (CRISTALDO, 1995)

O documento reivindica uma forma jurídica para tais áreas, incluindo a propriedade da terra, “que deverá compreender o solo, o subsolo e tudo o que nele existir, tanto em forma de recursos naturais renováveis como não-renováveis. É nosso dever preservar e evitar, em caráter de urgência, até que as novas nações estejam estruturadas, ações de mineração, garimpagem, construção de estradas, formação de vilas, fazendas, plantações de qualquer natureza”. (IDEM)

Outro item da declaração é bastante esclarecedor: “É nosso dever conseguir o mais rápido possível emendas constitucionais no Brasil, Venezuela e Colômbia, para que os objetivos dessas diretrizes sejam garantidos por preceitos constitucionais”. Adiante: “É nosso dever garantir a preservação do território da Amazônia e seus habitantes aborígenes, para o seu desfrute pelas grandes civilizações européias, cujas áreas naturais estejam reduzidas a um limite crítico”. (IDEM)

Para o cumprimento dessas diretrizes deve-se angariar o apoio de “pessoas ilustres, como é o caso de Gilberto Freyre no Brasil, bem como principalmente políticos, sociólogos, antropólogos, geólogos, autoridades governamentais, indigenistas e outros de importante influência, como é o caso de jornalistas e seus veículos de imprensa”. (IDEM)

Tempera-se tudo isso com uma boa dose de luta de classes. Deve-se alfabetizar os povos indígenas em suas línguas maternas, “incutindo-lhes coragem, determinação, audácia, valentia e até um pouco de espírito agressivo, para que aprendam a defender seus direitos, é preciso levar em consideração que os indígenas desses países são apáticos, subnutridos e preguiçosos. É preciso que eles vejam o homem branco como um inimigo permanente, não somente dele, índio, mas também do sistema ecológico da Amazônia. É preciso despertar algum orgulho que o índio tenha dentro de si. É preciso que o índio veja e tenha consciência de que o missionário é a única salvação”. (CRISTALDO, 1995)

Nada melhor que uma boa dose de racismo, como combustível para acelerar a luta de classes: “É preciso insistir no conceito de etnia, para que desse modo seja despertado o instinto natural de segregação, do orgulho de pertencer a uma nobreza étnica, da consciência de ser melhor que os outros brasileiros”. (IDEM)

Na hora de mapear as nações dos indígenas, deve-se maximizar as áreas, “sempre pedindo três ou quatro vezes mais, sempre reivindicando a devolução da terra do índio, pois tudo pertencia a ele”. E, para que não haja dúvidas sobre o objetivo maior dessa “defesa” das minorias étnicas: “Dentro dos territórios dos índios deverão permanecer todos os recursos que provoquem desmatamentos, buracos, a presença de máquinas pertencentes ao homem branco. Dentre esses recursos, os mais importantes são riquezas minerais que devem ser consideradas como reservas estratégicas das nações, a serem exploradas oportunamente”. (IDEM)

Em 1987, este documento passou palas mão do presidente José Sarney e seus ministros militares. O governo brasileiro deve tê-lo considerado como uma espécie de inocente “war game”, pois nenhum dos agentes da desintegração territorial do Brasil foi expulso do país, embora autoridades civis e militares há muito venham emitindo alerta sobre este risco. (IDEM)

Em 91, Jarbas Passarinho, então ministro da Justiça, denunciava no “Jornal do Brasil” a entrada de missões religiosas na Amazônia que, com o pretexto de preservar a população indígena, promoviam a internacionalização da região. “Já foi localizado um padre que, ao invés da Bíblia carregava um magentômetro”, disse Passarinho. (CRISTALDO, 1995)

Não bastessa essa troca de um instrumento de dominação antigo por outro mais moderno, na década de 70, chega a Roraima o bispo italiano Aldo Mongiani, da Ordem Missionária da Consolata. Adepto da sedizente Teologia da Libertação, dom Aldo vinha de Moçambique, onde trabalhava dando apoio à guerrilha de esquerda.

Começaram então os conflitos entre índios e brancos em Roraima, onde ocorreria, em 1993, segundo a Funai, o massacre que não houve, a “chacina do ianomâmis”. (IDEM)

Em maio de 93, o bispo italiano oferece recursos internacionais, inclusive da Itália, ao então ministro da Justiça, Maurício Corrêa, para a demarcação da reserva Raposa Serra do Sol. Em vez de etnias macuxi, ingaricó e lauperang, leia-se ouro e diamante. Corrêa: “Eu não aceitei a proposta de dom Aldo”, disse. (CRISTALDO, 1995)

Resumo da ópera: a “Res Publica Christiana” européia planeja uma república teocrática na América do Sul, construída pelos cleros europeus e norte-americano, cortando territórios do Brasil, Peru, Colômbia e Guiana. A hipótese pode parecer literatura de antecipação. Mas o projeto está no papel há mais de década. Capital estrangeiro e militantes para tocá-lo adiante é o que não falta. Dom Aldo Mongiano, o

bispo corrido de Moçambique, tem gordas contas em bancos no exterior para construir sua teocracia. (IDEM)

A idéia de Reserva induz ao raciocínio de isolamento, de cercado, de prisão e, em segundo plano, à idéia de integridade compulsória e unilateral. Os índios são, como já vimos, o nome artificial que os europeus deram ao homem americano. São pessoas normais e tão íntegras quanto os europeus. Querem usufruir e gozar da liberdade, da igualdade e da fraternidade, tão decantadas nessas sociedades ditas desenvolvidas. Estando confinados numa Reserva Humana, eles passam a ser considerados animais irracionais, como são os que vivem em Reservas(Parques), principalmente na África. (FREITAS; LIMA, 2003)

## 5 CONCLUSÃO

A água é um bem comum, e portanto deve ser gerida de modo diferente do que uma simples mercadoria, com maior controle público e democrático de sua utilização. Um conjunto de premissas ecológicas deve ser respeitado: proteção de bacias hidrográficas, conscientização do valor das águas subterrâneas, passagem de uma perspectiva setorial para uma perspectiva global. (DELÉAGE, 2003)

Deve-se cessar o desperdício causado por consideráveis reconversões industriais e agrícolas, assim como colocar em ação mecanismos de solidariedade regionais, nacionais e transnacionais. O conjunto dessas medidas deve ser guiado por uma exigência primordial: o acesso à água como direito fundamental de todo ser humano. (DELÉAGE, 2003)

Para diversos setores da indústria, “as tendências globais pioram... tratando-se da poluição do ar e da água”. No entanto, as fontes disponíveis poderiam ser utilizadas de maneira muito mais eficaz pela redução da contaminação e da evaporação nos reservatórios, pela reciclagem, manutenção das redes, luta contra o desperdício, o cultivo de verduras, legumes e frutos que exijam menos água e sejam mais tolerantes com o sal (a dessalinização da água do mar só é possível, no momento, em alguns países). (BOUGUERRA, 2003)

Caberá à população e ao novo governo brasileiro equacionar o magnífico potencial hídrico do país com a futura escassez em escala planetária, levando em conta o lugar estratégico que o Brasil ocupará neste cenário.

Com relação à interferência estrangeira na Amazônia, é preciso conhecer, em profundidade e com detalhes, os procedimentos dessas pessoas e entidades, suas intenções, os verdadeiros objetivos, para que se possa, efetivamente, eliminar as distorções e as ambiguidades com que o assunto é tratado no Brasil, para, finalmente, formular-se uma política que atenda aos princípios de preservação do índio, sem

prejuízo de outros interesses nacionais. Entendemos que só poderemos vencer o estado de tensão que caracteriza a própria estrutura da FUNAI e o tratamento do problema, no momento em que definirmos, com propriedade, quais são os reais interesses das comunidades indígenas e que pontos das políticas de desenvolvimento regionais devam permanecer intocáveis diante dos empreendimentos de proteção aos índios. É indispensável, todavia, que a formação das diretrizes básicas para o setor sejam delineadas a partir do debate eminentemente nacional, considerando-se, nesta expressão, não apenas o sentido da participação dos brasileiros de todas as regiões, mas, sobretudo, o caráter de exclusividade para os brasileiros, no exame e tomada de decisões, sem a interferência de instituições estrangeiras. (FREITAS; LIMA, 2003)

É sempre bom lembrar que não se trata de desassistir nossos nativos, mas de não ignorar o fato de que estes assentam sob um solo singularmente rico e por isso se constituem em instrumento desejado.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOUGUERRA, Mohamed Larbi. **A Guerra pela Água.** Le Monde Diplomatique n° 3: A Disputa pelo Ouro Azul, p. 8-11 2003.
- CRISTALDO, Janer. **Uma Teocracia na Amazônia.** Folha de São Paulo, 21 fev. 1995.
- DELÉAGE, JEAN-PAUL. **A Nova Questão Estratégica Mundial.** Le Monde Diplomatique n° 3: A Disputa pelo Ouro Azul, p. 5-7, 2003.
- FREITAS, Aimberê; LIMA, Alcides. **Os Estrangeiros e a Questão Indígena.** Disponível em: <http://www.bvroraimea.com.br/especial01.htm>>. Acesso em: 10 dez. 2003.
- FUNAI (FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO). **Situação Fundiária.** Disponível em: <http://www.funai.gov.br>. Acesso em: 21 jan. 2004.
- IBAMA (INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS). **Pesca Amadora.** Disponível em: <http://www.ibama.gov.br>. Acesso em: 19 nov. 2003.
- IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). **Algumas Reservas Indígenas e Sua Relação Área/Índio.** Disponível em: <http://www.ibge.com.br>. Acesso em: 6 nov. 2003.
- LOSEKAN, Marcos. Jornal Nacional da Rede Globo, jan. 1995 (citado por Cristaldo, Janer, 1995).
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe.** 1. ed. L&PM, 1998.
- NOGUEIRA, Rui; SILVA, Roberto Gama; VIDAL, Bautista. **Amazônia Império das Águas.** 2. ed. Nação do Sol, 2000.
- PALÁCIOS, Sílvia; CARRASCO, Lorenzo. **Revista Almanaque Republicano,** 1995
- SANTOS, Fábio Alexandre; IGLESIAS, Wagner. **Abastecimento de Água vol I (Estrutura e Mercado).** Gazeta Mercantil, 2001.

SANTOS, Fábio Alexandre; IGLESIAS, Wagner. **Abastecimento de Água vol II (Privatização, Gestão Privada e Empresas)**. Gazeta Mercantil, 2001.

SOARES, Pedro. **IBGE Lança Mapa Digital do País com Perfis Ambientais**, Folha de São Paulo, 4 dez. 2003.

WEBCIÊNCIA. **Amazônia**. Disponível em:  
<http://www.webciencia.com.br>. Acesso em: 19 nov. 2003.